

Senado aprova normas para proteger a língua portuguesa

Substitutivo de Amir Lando a projeto da Câmara determina que toda palavra ou expressão escrita em idioma estrangeiro e destinada ao conhecimento público deverá ser acompanhada do termo correspondente em português. Plenário também aprova proposta de Antonio Carlos Valadares que inclui a alimentação entre os direitos sociais.

PÁGINA 3

Plenário lotou para homenagem aos 43 anos de inauguração da capital brasileira

Brasília é homenageada ao completar 43 anos

Senado comemora, em sessão especial, o aniversário de inauguração de Brasília, considerada a concretização de um sonho brasileiro e fruto da ousadia de Juscelino Kubitschek.

PÁGINA 6



Célio Azevedo

Mudança da lei penal gera dúvidas na Subcomissão de Segurança

PÁGINA 4

Jereissati e Demostenes concordam com idéia de aumentar prazo para votação



Márcia Kalume

Relator pede processo sobre escuta

Geraldo Mesquita Júnior apresenta ao Conselho de Ética seu relatório sobre escuta ilegal na Bahia. Ele recomenda abertura de processo contra Antonio Carlos Magalhães.

PÁGINA 2

Projeto proíbe empresa de cobrar taxa sem prestar serviço

PÁGINA 7

CAE veda cobrança de taxa de esgoto sem prestação do serviço



Jane de Araújo

Relator recomenda abertura de processo de cassação contra ACM

Geraldo Mesquita Júnior argumenta que Antonio Carlos Magalhães divulgou informações colhidas por meio de escuta telefônica ilegal. Parecer com a recomendação será votado terça-feira

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), relator da investigação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre as denúncias de escuta telefônica ilegal na Bahia, recomendou ontem, em seu parecer, que seja iniciado processo de cassação do mandato do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). O parecer será votado terça-feira, dia 29, a partir das 17h, já que o presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), deu prazo para que os 16 senadores do colegiado examinem o parecer.

O relator sustenta que Antonio Carlos Magalhães divulgou informações colhidas mediante a prática de crime, ou seja, obtidas por meio de escuta telefônica ilegal. Segundo afirma, o ato fere a ética e o decoro parlamentar, e é punido com a cassação de mandato. Mesquita Júnior transcreveu trecho de fita gravada por jornalistas da revista *IstoÉ*, em que Antonio Carlos se mostra irritado porque as fitas da escuta ilegal teriam sido destruídas.

— Ao revelar sua irritação, o senador nos leva a acreditar que, se não mandou grampear, tinha conhecimento da prática do crime



Mesquita Júnior, entre Romeu Tuma, Juvêncio da Fonseca e Demostenes Torres, lê seu parecer no Conselho de Ética

— assinala o relator no parecer. O relator observa também que, “no juízo consensual de qualquer cidadão, é uma grave violação da conduta ética e do decoro” divulgar conversas privadas de terceiros obtidas por meios ilícitos.

Mesquita Júnior afirma no documento que as hipóteses de advertência e censura ou de suspensão temporária do mandato de Antonio Carlos “são incabíveis”. Lembra que o senador baiano já

foi advertido pela Mesa do Senado na legislatura passada (em decorrência de discussões com o ex-senador Jader Barbalho) e em outra ocasião renunciou ao mandato “para se furtar a pena mais grave” (caso da violação do painel de votações do Senado).

Juvêncio da Fonseca afirmou em entrevista que, se os senadores do conselho aprovarem terça-feira o relatório como está, a Mesa do Senado só terá “dois ca-

minhos: ou acata o pedido de investigação para perda de mandato ou arquiva o processo”. Para Juvêncio, a Mesa não pode optar por uma pena mais branda se houver o pedido de processo para cassação.

Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), “não haverá operação abafa” nesse caso e o processo será decidido “na votação do relatório”, no próprio Conselho de Ética.

Senado tem número recorde de visitas durante o feriado

O número de visitantes ao Senado durante os feriados da Semana Santa e do Dia de Tiradentes superou as expectativas da Subsecretaria de Relações Públicas da Casa. Um total de 2.661 turistas brasileiros e estrangeiros percorreram as instalações da Casa entre quarta-feira passada, dia 16, e segunda-feira, dia 21. A média usual é de 200 visitantes por dia.

Somente no ano passado, cerca de 55 mil pessoas conheceram as dependências do Senado, sendo que 5,51% delas eram visitantes de outros países. Para atendê-las, os guias da Subsecretaria de Relações Públicas são capacitados a fornecer informações históricas e políticas também em inglês e espanhol.

A visita ao Senado começa no

Salão Negro. O *tour* ocorre de segunda a sexta-feira, entre 9h30 e 11h30, e nos fins de semana e feriados, das 10h às 14h. A cada 30 minutos sai um grupo, guiado por um profissional da Relações Públicas. O roteiro inclui o Salão Azul, o “Túnel do Tempo”, o “Plenarinho” e as alas de comissões e gabinetes dos senadores.

Segundo o diretor da Subsecre-

taria de Relações Públicas, Francisco Biondo, os visitantes demonstram maior interesse em conhecer o Plenário da Casa. “Isso acontece porque as pessoas gostam de ver os senadores”, segundo Biondo. Ao final do passeio, cada visitante recebe folhetos com informações sobre o processo legislativo e a história do Senado.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2003

Presidente
José Sarney

10h30 — Recebe o presidente do PMDB de Minas Gerais, deputado Saraiva Felipe
13h30 — Recebe o diretor-executivo do BID, Martus Tavares
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal; discussão do substitutivo à PEC que determina fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; PLS que dispõe sobre o procedimento de rito sumário para desapropriação de imóvel rural; PLS sobre locações de imóveis urbanos; e PLS que revoga disposição que restringe o princípio da impenhorabilidade do bem de família; PR que autoriza o Rio Grande do Sul a rolar as Letras Financeiras decorrentes da 7ª e 8ª parcelas de precatórios judiciais.

COMISSÕES

9h30 — Subcomissão de Extração Mineral
Pauta: Definição da pauta de trabalho da subcomissão
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Instalação e eleição da mesa da comissão. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLC que altera Código Penal e o Código de Processo Penal; substitutivo ao PLS sobre operações de *factoring*; PLS sobre gestão de recursos humanos das agências reguladoras, instituindo controle externo das agências reguladoras; PLS que autoriza o Executivo a instituir a Ouvidoria da Polícia Federal; PEC que concede imunidade tributária às instituições de apoio às micro e pequenas empresas; PEC sobre licença-maternidade a mulheres que adotarem crianças; PEC que disciplina a perda do cargo do servidor público não estável; PEC sobre acumulação de cargos no magistério; PEC que prorroga mandato dos atuais prefeitos, vice-prefeitos e vereadores.
Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Aviso do TCU que encaminha cópia de acórdão relativo ao Banco do Brasil; aviso do TCU sobre decisão relativa a auditoria na Petrobras Distribuidora; aviso com decisão relativa a obras em estabelecimentos penais no Pará; aviso do TCU com decisão referente a auditoria na Petrobras, relativa a procedimentos licitatórios e contratos; aviso do TCU que encaminha cópia da decisão referente a auditoria realizada em universidades federais relativamente às suas fundações de apoio, criadas com participação de recursos públicos sem autorização legal; e aviso do TCU que encaminha cópia da decisão referente a auditoria realizada na obra de extensão do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte (MG), sob a responsabilidade da Companhia Brasileira de Trens Urbanos — CBTU.
Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Língua portuguesa deve ter proteção legal

Plenário aprova projeto determinando, entre outras providências, que toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira para conhecimento público deverá ser acompanhada do termo correspondente em português

O uso indiscriminado de expressões estrangeiras em espaços destinados a conhecimento público poderá ser restringido. O Senado aprovou ontem substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a projeto oriundo da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a promoção, a proteção e o uso da língua portuguesa. A matéria, alterada no Senado, retorna à análise dos deputados.

Pelo projeto de lei da Câmara, toda palavra ou expressão escrita em língua estrangeira e destinada ao conhecimento público deverá ser acompanhada do termo correspondente em português – *fast food* (refeição rápida) e *delivery*



Substitutivo de Amir Lando será analisado pela Câmara dos Deputados

(entrega em domicílio), por exemplo. A norma valerá também para contratos comerciais, mensagens

publicitárias e meios de comunicação de massa.

De acordo com Amir Lando, a idéia é proteger a língua portuguesa, um patrimônio cultural brasileiro, concorrendo para a soberania do país. O projeto ainda relaciona uma série de ações que o poder público deve desenvolver para promover, difundir e valorizar o idioma.

O projeto torna obrigatório o uso da língua portuguesa nos documentos emanados da administração

pública. Abrange também meios de comunicação de massa e mensagens publicitárias.

Nova destinação para taxa judiciária

O Plenário aprovou ontem projeto apresentado em 1999 pelo então senador Luiz Estevão que tem como objetivo mudar a destinação da taxa cobrada dos usuários pelo Judiciário do Distrito Federal – 2% sobre o valor das causas. Em lugar de ser recolhido aos cofres da União, Luiz Estevão propõe que o dinheiro seja gasto no custeio de atividades da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção DF, e da Escola de Magis-

tratura do Tribunal de Justiça do DF.

O texto, que vai ao exame dos deputados, determina a cobrança da taxa na base de 2% sobre o valor da causa até o limite do valor de referência vigente no Distrito Federal. Metade dos recursos iria para a OAB e metade para a Escola de Magistratura. No caso da primeira, o dinheiro seria dirigido à prestação de assistência jurídica gratuita a pessoas carentes.

Alimentação pode ser considerada direito social

O Plenário aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que inclui a alimentação entre os direitos sociais previstos na Constituição. A PEC, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovada em segundo turno e segue agora para a Câmara dos Deputados.



Proposta de Antonio Carlos Valadares vai ao exame dos deputados

O atual texto constitucional prevê como direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Valadares reconheceu que a mera inclusão do direito à alimentação na Constituição não assegura o fim do problema da fome no Brasil. No entanto, afirmou o senador, sinaliza para a necessidade de que sejam adotadas polí-

ticas públicas com ênfase em projetos sociais.

– São necessários projetos nas áreas de agricultura, desapropriação de terras improdutivas, investimentos em programas de combate à miséria, saneamento, saúde e educação.

Valadares lembrou que o direito à alimentação está previsto na Declaração de Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas (ONU), desde 1993 – inclusive com o voto do Brasil. A proposta recebeu em Plenário manifestação favorável do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que também salientou a necessidade de políticas públicas para combater a fome.

A proposta obteve unanimidade – todos os 56 senadores presentes à sessão de ontem votaram pela aprovação.

Homenagem ao jornalista Jair Borin

O Senado aprovou voto de pesar pelo falecimento do jornalista e professor da Universidade de São Paulo (USP) Jair Borin, de 61 anos, ocorrido ontem, em São Paulo. O requerimento de homenagem foi apresentado por Eduardo Suplicy (PT-SP), companheiro de militância política do jornalista, nas lutas pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Suplicy ressaltou a atuação acadêmica e sindical de Borin.

Suplicy também citou o interesse do professor no desenvolvimento da agricultura como forma de combater a pobreza. De acordo com o senador, Borin via nos meios de comunicação a melhor maneira de mostrar as injustiças de um país com enormes recursos naturais que convive com pessoas na miséria.

– Um exemplo de jornalista, de professor, de pai, amigo e homem. “Sou um bom brasileiro, só isso”, disse certa vez numa reunião sindical. Tinha razão, Jair Borin, um grande brasileiro – afirmou Suplicy.

Acolhidas indicações para três embaixadas

Os senadores aprovaram três mensagens presidenciais com indicações de diplomatas que deverão chefiar as embaixadas brasileiras na República da Irlanda, na Suíça e em Trinidad e Tobago. A indicação de Stelio Marcos Amarante, para a Irlanda, foi aprovada com 50 votos favoráveis e dois contrários.

Mesma votação foi registrada para a indicação de Mauro Luiz Lecker Vieira para a embaixada na Suíça. Gilda Maria Ramos Guimarães, indicada para Trinidad e Tobago, recebeu 48 votos favoráveis e três contrários.

IRAQUE

O Plenário também aprovou requerimento, assinado por Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloizio Merca-

dante (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC), a favor da convocação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) a fim de discutir a aplicação da Resolução nº 1.441 da ONU. O pedido ficou prejudicado, uma vez que a resolução impede o uso da força e impõe condutas ao antigo regime iraquiano a respeito do desarmamento.

O requerimento solicitava a reativação do programa Petróleo por Alimento, da ONU, que garantia o suprimento de comida ao Iraque, em troca de cotas de petróleo. Mercadante disse que o requerimento ainda é oportuno porque sinaliza para a participação das Nações Unidas no processo de reconstrução do Iraque.

Pavan contesta ministra sobre “seguro-apagão”

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) contestou ontem em Plenário que os consumidores de energia elétrica da Região Sul estejam isentos do “seguro-apagão”. Ao fazer essa afirmação, o senador catarinense pretendeu desfazer equívoco registrado



Leonel Pavan afirma que consumidores do Sul pagam “seguro-apagão”

em recente audiência pública da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), quando a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, teria informado, ao discorrer sobre a situação do setor elétrico, que essa taxa só estaria ocorrendo nos estados em que houve racionamento, não alcançando, portanto, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

A questão foi suscitada pela leitura, durante a audiência pública, de moção da Câmara de Vereadores de Concórdia (SC) contra a cobrança de “seguro-apagão” no estado. Na ocasião, a ministra teria prestado o esclarecimento, acrescentando que os consumidores sulistas, livres do racionamento de energia, estariam sendo taxados apenas com o “encar-

go de capacidade emergencial”.

Apesar de Dilma Rousseff ter estabelecido distinção entre “seguro-apagão” e “encargo de capacidade emergencial”, Leonel Pavan sustenta, com amparo na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que

esses termos têm idêntico significado. O senador explica que essa taxa incide sobre todos os usuários do Sistema Elétrico Nacional Interligado, já que se destina a cobrir tanto a capacidade de geração disponível quanto a demanda emergencial por energia.

– Nitidamente, tem esse encargo um caráter de seguro. É por isso que a imprensa cunhou o termo “seguro-apagão” – comentou.

Quanto ao encargo que só recairia sobre os estados em que houve racionamento de energia, Pavan afirma se tratar da “recomposição tarifária extraordinária”, prevista na mesma lei para equacionar os prejuízos financeiros sofridos pelas empresas de geração e distribuição de energia em momentos de colapso energético.

Mudanças na área penal dividem opiniões

Após audiência pública, integrantes da Subcomissão Permanente de Segurança Pública decidem trabalhar pelo adiamento da votação do projeto da Câmara que modifica a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública promoveu ontem audiência pública para instruir a votação de projeto da Câmara que introduz alterações na Lei de Execução Penal e no Código de Processo Penal. A criação de um regime disciplinar diferenciado para presos perigosos; a possibilidade de dirigentes de penitenciárias decidirem sobre a transferência de presos; e a realização de interrogatórios em unidades prisionais dividiram opiniões dos expositores e senadores presentes à reunião.

De acordo com o secretário de Administração Penitenciária de São Paulo, Nagashi Furukawa, o regime disciplinar diferenciado adotado pelo estado desde 2001 reduziu muito o número de rebeliões e fugas. Sobre o fim do exame criminológico – avaliação psiquiátrica que subsidia a decisão do juiz na transferência ou concessão de indulto e livramento condicional –, Furukawa se disse favorável por garantir “justiça e isonomia” no tratamento dos presos.

– A dispensa do laudo vai permitir a obtenção do benefício só em função do comportamento, e não com base em aspectos subje-



Senadores e convidados debatem as mudanças contidas no projeto: falta de consenso motivou mobilização para adiar prazos de votação

tivos – observou, assinalando que o fim do exame contribui para o princípio da individualização.

O ex-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Roberto Podval, também criticou a “subjetividade” do exame criminológico. “Teríamos de ter regras objetivas. Não é correto deixar isso a critério de análise psicológica”, declarou.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Paulo Sérgio Domingues, defendeu o exame criminológico como importante para o juiz decidir sobre a pena. Ele é contra a transferência do interrogatório do fórum para a penitenciária – as unidades prisionais não ofereceriam se-

gurança – sugerindo o uso de videoconferências, resguardando-se a total liberdade do réu para falar e seu acompanhamento por um advogado.

PRAZO MAIOR

Após sugestão do senador Pedro Simon (PMDB-RS), ficou acertado que os senadores devem procurar o presidente do Senado, José Sarney, para solicitar maior prazo para a apreciação do projeto (que entraria na pauta de votações hoje), e os líderes do seu partido, para pedir a retirada da urgência urgentíssima da tramitação – principal entrave à idéia de Simon, como lembrou o presidente da subcomissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Demostenes aponta várias falhas no projeto

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) enumerou, em Plenário, suas discordâncias em relação ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. O senador, relator da matéria na Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), argumenta que o projeto “acena com mais regalias aos condenados, além de facilitar a prática do desvio de conduta nos estabelecimentos prisionais”.

Demostenes considera inaceitável a modificação proposta no artigo 6º da Lei de Execução Penal, que transfere à autoridade administrativa o direito de conceder a progressão ou regressão do regime de cumprimento da pena, sem a intervenção do Ministério Público e do Poder Judi-



Demostenes: “Projeto acena com mais regalias aos presos”

ciário. Ele argumenta que “a jurisdicionalização da execução da pena é uma das conquistas do Direito brasileiro”. Para ele, “renunciar à prerrogativa é um retrocesso jurídico”. O histórico de corrupção nos presídios, acrescentou o senador, “leva a crer que a matéria pode en-
sejar a constituição de uma indústria de liberação de presos no país”.

O projeto de lei, informou o senador, propõe a criação de um regime disciplinar diferenciado, durante o qual será avaliado o mérito do condenado de progredir na pena, com prazo determinado, o que, em sua avaliação, “trará mais benefícios aos criminosos”. Demostenes Torres apresentará emenda propondo dois sistemas: o regime disciplinar diferenciado, com duração de 360 dias, prorrogáveis a critério do

juiz, basicamente com recolhimento em cela individual; e o regime disciplinar de segurança máxima, destinado aos presos de alta periculosidade, com duração de 720 dias, com possibilidade de repetição a ser determinada pela autoridade judicial, além de uma série de restrições.

Entre as restrições do regime de segurança máxima estariam recolhimento em cela individual; proibição de aparelhos telefônicos e de som; comunicação vedada com outros presos e agentes penitenciários e limitações de visitas tanto dos familiares quanto dos advogados. Demostenes explicou que o objetivo do regime é o de isolar presos condenados ou provisórios que apresentem alto risco à ordem dos presídios e à segurança da sociedade.

Demostenes Torres classificou de “bobagem inominada” a proposta de os juizes realizarem audiências com os presos dentro das penitenciárias. Para ele, isso exporia o magistrado a risco.

Luiz Otávio sugere plebiscito sobre autonomia do Rio

Diante da “indecisão e da impotência do governo do Rio” no combate ao narcotráfico, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) apresentou ontem projeto de decreto legislativo que convoca um plebiscito para que a população do estado decida se quer transformar a região metropolitana do Rio de Janeiro em território federal.



Luiz Otávio deseja que população decida sobre mudança

Se aprovado no Senado, e depois na Câmara, caberá ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realizar o plebiscito, no qual votarão todos os eleitores do estado do Rio de Janeiro. Pelo projeto, uma das primeiras providências do novo governador, nomeado pelo governo federal, seria a de criar uma nova polícia para a região metropolitana do Rio. Os atuais policiais continuariam servindo ao estado.

– Uma administração federal na

região metropolitana do Rio, com nova polícia e investimentos sociais e econômicos, será o caminho para conter a criminalidade e desenvolver o Rio. Os jornais do fim de semana aventaram a possibilidade de intervenção federal, mas, se isso ocorrer, acredito que o presidente Lula não mais conseguirá apro-

var no Congresso suas reformas – acredita o senador pelo Pará.

Luiz Otávio ponderou que o Rio tem tudo para se transformar num grande pólo gerador de riquezas, a começar pela atração de turistas, mas, enquanto não for contida a violência, a situação continuará piorando. Ele lembrou que a governadora Rosinha Mathus não conseguiu nem sequer pagar o décimo terceiro salário de 2002 ao funcionalismo, “tal a calamidade em que se encontra a administração estadual”.

Subcomissão da Criança aprova audiências públicas

A Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude aprovou ontem requerimento da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) com a relação das autoridades convidadas a participar das audiências públicas previstas para os próximos seis meses.

A relação é integrada pelo secretário da Educação Média e Tecnologia do Ministério da Educação, Antonio Ibañez; o representante no Brasil do Unicef, Reiko Miimi; o representante no Brasil da Unesco, Jorge Werthein; o

desembargador de Santa Catarina Antônio Fernando do Amaral e Silva; o juiz da Infância e da Juventude do Rio Grande do Sul, João Batista Costa Saraiva; e o representante da Agência Nacional de Informação da Infância, jornalista Gilberto Dimenstein.

Por sugestão das senadoras Fátima Cleide (PT-RO) e Ana Júlia (PT-PA), também serão convidados os representantes das ONGs Missão Criança e Semente do Amanhã, de Brasília (DF) e de Belém (PA).



Presidente da subcomissão, Lúcia Vânia (E) foi a autora do requerimento com a relação de autoridades convidadas para as audiências públicas



Jane de Araújo

Viagem de Magno Malta e Sibá Machado à Itália foi autorizada por ato da Mesa do Senado

Senadores vão conhecer Operação Mãos Limpas

Os senadores Magno Malta (PL-ES) e Sibá Machado (PT-AC) viajaram na noite de ontem para a Itália, a fim de conhecer detalhes da Operação Mãos Limpas – ação de um grupo de magistrados da cidade de Milão que investigou a ocorrência de casos de corrupção em instituições públicas e financiamentos ilegais aos partidos. A viagem dos parlamentares foi autorizada por meio de ato da Mesa do Senado.

O trabalho da Operação Mãos Limpas teve início em fevereiro de 1992, a partir de informações concedidas pela ex-mulher de Mario Chiesa. Ela estava em litígio com o ex-marido por não receber a pensão alimentícia a que tinha direito. Integrante do Partido Socialista e presidente do Asilo Público para Idosos Pio Albergo Trivulzio, Chiesa fora flagrado recebendo propina de US\$ 4 mil, paga por uma empresa favorecida na concorrência para limpeza do asilo.

Com os depoimentos de Chiesa e os documentos recolhidos no processo, o caso tomou grande dimensão na Itália e suscitou diversas outras denúncias. Foram envolvidos dois ex-prefeitos socialistas de Milão, amigos do ex-primeiro-ministro Bettino Craxi. Também foram descobertos casos de corrupção nas obras do metrô e do aeroporto daquela cidade. As investigações levaram à dissolução do principal partido político italiano, o Democrata Cristão, no poder desde a Segunda Guerra Mundial.

– É importante buscar diferentes maneiras de investigar a corrupção, seja ela na arrecadação ou na lavagem de dinheiro. A Operação Mãos Limpas foi uma estrutura que deu certo e que deve ser copiada pelo Brasil – afirmou Magno Malta.

César Borges reverencia a memória de Luís Eduardo, morto há cinco anos

Senador recorda papel desempenhado pelo ex-presidente da Câmara na aprovação das reformas constitucionais que resultaram na abertura do mercado e na modernização do país

O senador César Borges (PFL-BA) exaltou ontem, em discurso, a trajetória política do ex-deputado baiano Luís Eduardo Magalhães – falecido há cinco anos –, destacando sua atuação como presidente da Câmara dos Deputados e a figura de seu pai, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presente em Plenário.

Segundo César Borges, o exemplo pessoal de Luís Eduardo, ao abraçar a causa das reformas constitucionais que trouxeram a abertura dos mercados e as privatizações, abriu espaços para a modernização da estrutura administrativa e para as mudanças de ordem econômica que podem colocar o país em nova fase de desenvolvimento sustentável.

– Em todos os seus atos como político e como amigo, ele se mostrou o liberal moderno, exemplo de tolerância e de amor ao diálogo. Com poder de articulação, foi um líder capaz de ter idéias adiante de seu tempo, realizando diagnósticos que estão se tornando senso comum na sociedade, tão poucos anos depois – observou.

Para o senador pela Bahia, Luís Eduardo tinha uma concepção pessoal do Estado moderno que



Gerardo Magela

Para César Borges, Luís Eduardo foi o liberal moderno, exemplo de tolerância e de amor ao diálogo

contemplava uma reformulação no perfil do governo como prestador de serviços. Um Estado menor e mais qualificado, que lhe parecia apto a atuar com eficiência e transparência, assegurando melhor atendimento à população e inibindo as distorções crônicas e o mau uso de funções e recursos públicos, explicou.

LEALDADE

A figura de Luís Eduardo foi também homenageada em diversos apartes. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou ter tido a honra de trabalhar com Luís Eduardo na aliança que levou

Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República. Para o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), ele era um político que defendia suas idéias e posições com lealdade e respeito aos adversários.

O senador José Jorge (PFL-PE) louvou os resultados que Luís Eduardo obteve com a aprovação das emendas constitucionais propostas por Fernando Henrique. Segundo Marco Maciel (PFL-PE), o ex-deputado era um homem do diálogo, com paciência para ouvir os contrários e procurar as saídas. As idéias que professou continuam atuais, disse.

CREDIBILIDADE

O senador Valdir Amaral (PMDB-DF) afirmou que, com a morte do então deputado, o Brasil perdeu a oportunidade de ter tido um excelente presidente da República. Para o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Luís Eduardo sempre será lembrado no Tocantins, associado ao dinamismo da usina hidrelétrica que tem o seu nome.

Os senadores José Agripino (PFL-RN), Mão Santa (PMDB-PI), Heráclito Fortes (PFL-PI), Efraim Morais (PFL-PB), João Ribeiro (PFL-TO) e Leomar Quintanilha (PFL-TO) lembraram a credibilidade nos acordos políticos, a ca-

Sarney destaca “figura exemplar” do político baiano

Após o discurso em que o senador César Borges homenageou Luís Eduardo Magalhães, o presidente do Senado, José Sarney, também se solidarizou com os elogios feitos ao ex-parlamentar baiano.

– A Mesa se associa às homenagens que se fazem nesta Casa ao grande brasileiro Luís Eduardo Magalhães, figura exemplar e marcante da história política do país, que deixou uma trajetória de dignidade, de idéias e de amor ao seu estado, a Bahia, e ao Brasil – disse o presidente do Senado.

pacidade de ouvir e a força de agregação que caracterizavam a atuação de Luís Eduardo.

Muito emocionado, o senador Antonio Carlos Magalhães agradeceu a homenagem, recordando a figura invulgar do filho no cenário político brasileiro. Para Antonio Carlos, sem o trabalho empreendido por Luís Eduardo, as mudanças constitucionais do governo Fernando Henrique Cardoso jamais teriam sido aprovadas.

Mozarildo critica “reação raivosa” da Abong contra CPI

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) repudiou ontem o que chamou de “reação raivosa” da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) contra o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as ONGs. A CPI investigou 14 instituições nacionais e estrangeiras acusadas de envolvimento em grilagem de terras públicas, contrabando de minérios, desperdício de dinheiro público, obtenção de verbas por vias duvidosas e incitação de conflitos em áreas indígenas.

– Os resultados dos inquéritos da CPI foram encaminhados ao Ministério Público e a outros órgãos competentes. Também como resultados dos inquéritos, a CPI formulou propostas para seis

projetos de lei, no intuito de sanar as imperfeições detectadas na legislação atual e para barrar futuras situações adversas aos interesses nacionais – explicou.

Mozarildo disse que o presidente da Abong, Sérgio Haddad, adiou por vários meses seu depoimento à CPI e só o fez em dezembro passado, quase ao final das investigações, quando apresentou esclarecimentos sobre os registros das ONGs junto a órgãos do governo. “Agora, publicado o relatório final da CPI, desfecha a Abong um ataque contra o relatório final e contra os trabalhos de que resultou, fazendo constar em seu *síte* comentários agressivos contra a comissão e seu presidente”, afirmou o senador.

Em aparte, o senador Leomar



Gerardo Magela

Mozarildo Cavalcanti afirma que apenas um pequeno número de ONGs comete fraudes

Quintanilha (PFL-TO), que também participou dos trabalhos da CPI das ONGs, afirmou que a co-

missão “soube discernir entre as instituições que buscam ajudar o desenvolvimento do país e aquelas que se colocam contra e trazem grandes prejuízos ao Brasil”.

Para Mozarildo, é surpreendente a atitude da Abong, pois seria mais natural, a seu ver, a entidade congratular-se com o fato de a CPI ter reconhecido ser pequeno o número de ONGs que cometem fraudes ou praticam irregularidades, quando comparado ao grande número de organizações não-governamentais em atuação no país. “Tamanha hostilidade pode ter somente uma explicação: a CPI tocou em um nervo exposto, acertou na sua atuação e em seus diagnósticos e, ao que parece, incomodou gente que vinha levando uma vida demasiado cômoda”.

Senado homenageia 43º aniversário de Brasília

A inauguração de Brasília – cujo 43º aniversário transcorreu segunda-feira e foi celebrado ontem em sessão especial, aberta com uma apresentação do Coral do Senado – foi definida por diversos parlamentares como a concretização de uma aspiração dos brasileiros e demonstração da capacidade de realização do país. O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) disse que Brasília é um sonho tornado realidade. Já Rodolpho Tourinho (PFL-BA) lembrou que a nova capital foi resultado da visão e da audácia do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), elogiou o fato de a capital receber a todos igualmente, sem discriminação. O senador Paulo Octávio (PFL-DF) afirmou que Brasília carrega o



Waldemar Rodrigues

simbolismo de inaugurar um tempo de desenvolvimento para o Brasil.

Paulo Paim abriu a sessão diante de um Plenário lotado e convidou para compor a Mesa o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; o núncio apostólico da Santa Sé no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri; o ex-presidente do Senado Mauro Benevides; e a neta do ex-presidente Juscelino e presidente do Memorial JK, Anna Christina Kubitschek Pereira. Também fizeram parte da Mesa o advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro Costa, e a deputada distrital Eliane Pedrosa, representando a Câmara Legislativa do Distrito Federal. A homenagem se deu por requerimento dos senadores Paulo Octávio e Valmir Amaral.

Valmir Amaral destaca o “sonho tornado realidade”

Na opinião do senador Valmir Amaral, Brasília é mais do que uma cidade: é um “sonho tornado realidade”. Um dos autores do requerimento de homenagem ao 43º aniversário da cidade, o senador disse que a construção da capital no Centro-Oeste foi uma das medidas políticas mais acertadas que um governo já tomou na história do Brasil.

– Transformar sonhos em realidade é o grande bem que todo Estado pode proporcionar a seu povo – afirmou.

O senador lembrou que, na época, muitos se opuseram à construção da cidade no inte-

rior, questionando os motivos da transferência e a utilização de dinheiro público.

– Passados mais de 40 anos, com o olhar voltado para o futuro, podemos perceber que Brasília foi um passo decisivo para o desenvolvimento de uma região antes quase esquecida. Hoje o Centro-Oeste é um grande pólo de desenvolvimento agropecuário nacional, caminhando para ser o grande celeiro agrícola do mundo – salientou.



Roque de Sá

Juscelino venceu todas as dificuldades, diz Antonio Carlos

O ex-presidente Juscelino Kubitschek foi o maior homem contemporâneo do Brasil, segundo avaliação feita pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), durante a sessão solene de homenagem a Brasília. Ele acentuou duas características que considera exponenciais no ex-presidente: a ausência de ódio e a coragem para lidar com os problemas.

– Ele enfrentou todo tipo de dificuldades políticas e administrativas e venceu todas com a habilidade e a coragem que poucos têm. Só quem não tinha medo poderia construir Brasília – disse Antonio Carlos.

O senador lembrou também sua amizade com JK, informando que pretende publicar um livro com as cartas trocadas quando o ex-presidente estava no exílio. Nas cartas, afirmou, Juscelino lamentava as injustiças que estava sofrendo. “Sei bem o que ele passou, pois tive o galardão de ser seu amigo e sei hoje o que é ser injustiçado”, relatou Antonio Carlos. “Mas para mim mais vale a justiça de JK do que a injustiça de qualquer outro”, frisou.



Roque de Sá

Paulo Octávio: nova capital é um marco da mudança do país

O senador Paulo Octávio, um dos autores do requerimento para a homenagem a Brasília, classificou a iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek de construir a nova capital como marco de mudança dos rumos do país.

– A comemoração dos 43 anos de Brasília não é um evento simples, em que se festeja o surgimento de uma nova cidade. É mais que isso. Festejamos a capacidade dos brasileiros de escrever sua própria história. O presidente Juscelino é o ícone desse momento especial, e Brasília é o símbolo da criatividade nacional. JK gerou obras, criou empregos, construiu

uma nova capital. Mas fez mais do que isso ao realizar seu plano de metas: resgatou a auto-estima do povo brasileiro – enfatizou.

Entre os dados dessa inovação, o senador citou a arquitetura da capital, de autoria de Oscar Niemeyer. Foi também nessa época, lembrou, que apareceram Tom Jobim e Vinícius de Moraes com a Bossa Nova; que o Brasil ganhou sua primeira Copa do Mundo; e que surgiu a indústria automobilística nacional.



Roque de Sá

Eduardo Azeredo lembra papel dos mineiros na construção

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou o papel desempenhado por mineiros na construção de Brasília. Ele citou particularmente o ex-presidente Juscelino Kubitschek, o engenheiro Israel Pinheiro, e também seu pai, Renato Azeredo, amigo e colaborador de JK.

Segundo Azeredo, em pouco mais de quatro décadas, a capital concretizou a profecia imortalizada na frase que Juscelino pronunciou em 2 de outubro de 1956: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacio-

nais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”.

– A profecia se cumpriu, o país cumpre o seu grande destino – afirmou, rendendo ainda homenagens aos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa e a todos os candangos, como “coadjuvantes da grande epopéia da construção de Brasília”.



Roque de Sá

Paulo Paim saúda espírito democrático da cidade

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim, que conduziu a sessão solene em comemoração ao 43º aniversário de Brasília, manifestou, também em nome do presidente do Senado, José Sarney, sua admiração pela capital, salientando o espírito democrático da cidade, que classificou como “ponto de encontro de todos, sem distinção de raça, sexo, ou religião”.

– Tudo no mundo gira em torno de decisões políticas, e a cidade abriga a política do país. Brasília é o coração e a alma do país, pois a capital é o palco das grandes definições que vão influenciar os destinos do Brasil, em to-

das as áreas: econômica, política e social – afirmou Paim, que cumprimentou as autoridades presentes à solenidade, agradecendo, em particular, a iniciativa dos autores do pedido para a realização da sessão, senadores Paulo Octávio e Valmir Amaral.

Paim disse ainda que aprendeu a amar Brasília nos anos em que tem vivido na cidade como deputado e, agora, como senador.



Roosevelt Pinheiro

Para Tourinho, JK uniu o Brasil em torno de um projeto

O senador Rodolpho Tourinho afirmou que a construção da nova capital foi resultado do sonho e da audácia do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

– Ao transferir a capital, Juscelino estava mais do que cumprindo uma determinação constitucional. Estava unindo o Brasil em torno de um projeto, o de ocupar integralmente a vastidão de nosso território – destacou.

Tourinho disse que Brasília é hoje parte da história afetiva e cultural do país e que nela se reconhecem a história e a síntese da

cultura brasileira. Para o senador, Brasília é um dos pilares que embasam a identidade nacional. A capital se firmou internacionalmente, na sua opinião, ao ser declarada patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1987.

Em nome do povo da Bahia, o senador saudou os brasilienses e todos os brasileiros pela passagem da data.



Roque de Sá

Pode cair a cobrança por serviço não prestado

Segundo proposta aprovada na CAE, empresas concessionárias ficarão impedidas de cobrar tarifas de saneamento básico nos locais onde as redes de esgoto não estiverem implantadas, o que ocorre em muitos estados

Com base em relatório do senador Mão Santa (PMDB-PI), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo ao projeto de lei do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) que proíbe as empresas concessionárias de serviços públicos de cobrarem tarifas referentes a serviços que não executam. A proposta tem por alvo as empresas de esgotamento sanitário, que cobram taxa de saneamento mesmo onde não há estrutura para realização do serviço. A matéria será analisada em turno suplementar na comissão.

De acordo com Luiz Otávio, algumas das empresas não possuem sistema de esgotos sanitários em toda a sua jurisdição. Ainda assim, argumenta o senador, é comum a cobrança de valor referente à prestação de serviços de esgoto proporcional à tarifa de fornecimento de água pelas concessionárias dos serviços de saneamento.

— Se o fornecimento da água, tecnicamente mais barato e politicamente mais visível, permite a cobrança (independentemente da efetiva prestação) pelos serviços de coleta e tratamento de esgotos, de custos mais onerosos e de menor apelo eleitoral, qual o estímulo para que as concessionárias realizem esse investimento tão importante? — questionou Mão Santa.

O relator ponderou ainda que a situação atual lesa as relações de consumo pela não prestação do serviço e pelo fato de a cobrança ser baseada na medição da água fornecida. Não é de se estranhar, disse Mão Santa, que o número de brasileiros sem coleta de esgoto (46 milhões) seja quase três vezes superior ao de pessoas com

água tratada (17 milhões).

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), César Borges (PFL-BA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e o presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), declararam apoio ao projeto. Assim como o relator, eles foram unânimes em solicitar a elaboração urgente de uma política nacional, com participação da Caixa Econômica Federal, para levar saneamento básico a todos os brasileiros.

César Borges chegou a sugerir a realização de audiência pública com o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e com o ministro das Cidades, Olívio Dutra, para saber o que o governo federal pode oferecer, em termos de financiamento, às empresas, aos estados e aos municípios para a expansão das redes de esgotamento.

INVESTIMENTO

Mão Santa destacou que cerca de 65% das internações hospitalares de menores de dez anos estão associadas a condições precárias de saneamento e que, de acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES), a universalização dos serviços de saneamento exigiria investimentos de cerca de R\$ 40 bilhões em 15 anos.

O substitutivo do relator ampliou o escopo do projeto, que alterava a lei de 1978 que criou o Plano Nacional de Saneamento Básico, já extinto. Assim, Mão Santa preferiu alterar a lei de 1995, sobre o regime de concessão e permissão de serviços públicos, atingindo todas as empresas concessionárias, públicas ou privadas, independentemente da área de atuação.

A CAE, que esgotou a pauta na reunião, também aprovou requerimento dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) para realização de audiência pública com o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch. O presidente da CAE determinou o envio ao ministro de dois projetos sobre a pesca que estavam na pauta da comissão, para que ele analise as propostas a partir da perspectiva do governo. Os projetos foram retirados de pauta até a realização da audiência.

João de Araújo



Ramez Tebet (E) preside sessão da CAE: senadores pediram elaboração urgente de planos para garantir saneamento básico a todos os brasileiros

Comissão autoriza rolagem de letras financeiras do RS

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram relatório do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) favorável à apresentação de projeto de resolução autorizando o Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTE) para rolar integralmente duas parcelas de títulos emitidos para pagamento de precatórios judiciais vencidos entre 15 de maio e 15 de novembro de 2001. O projeto segue para votação em Plenário, com requerimento de urgência.

De acordo com Suplicy, apesar de a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Precatórios não haver constatado irregularidades na emissão e na negociação de títulos públicos, o Rio Grande do Sul não pôde rolar a dívida, pois, segundo o Banco Central, já havia atingido os limites de endividamento estabelecidos pela Resolução do Senado nº 78, de 1998. A resolução trata das operações de crédito feitas por estados, municípios e órgãos estatais. Suplicy argumentou, porém, que o estado deve receber isonomia de tratamento e, assim, ser dispensado de cumprir os limites.

O relatório de Suplicy foi analisado pela CAE na reunião da semana passada, mas pedido de vista coletiva adiou a decisão para que o Ministério da Fazenda se pronunciasse a respeito do assunto.

FUNDO

Os senadores da comissão também aprovaram parecer sobre emendas apresentadas em Plenário ao projeto de lei que transfere os recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) para a gestão do Banco de Brasília (BRB). Atualmente, esses recur-

sos são administrados pelo Banco do Brasil. Com a emenda acatada no parecer aprovado pela CAE, a proposta permite que o BRB compartilhe com o Banco do Brasil os recursos do FCO na área do Distrito Federal.

Ao final da reunião, a CAE aprovou requerimento do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que inclui o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), um dos coordenadores da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), entre os convidados da audiência pública sobre os efeitos da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que em maio completa três anos.

Os membros da comissão também aprovaram requerimento do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) solicitando que o Banco Central explique como as taxas de serviços bancários cobradas podem melhorar o atendimento à população.

AUDIÊNCIA

Um terceiro requerimento aprovado na comissão, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), solicita audiência pública sobre a possibilidade de uso do FGTS na compra de ações. Segundo Jereissati, a matéria é polêmica, pois afeta assunto de interesse dos trabalhadores, já que o FGTS é uma fonte segura de recursos no caso de aposentadoria, aquisição de casa própria e desemprego.

A audiência pública, ainda a ser agendada, contará com representantes do Conselho Curador do FGTS, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC) e do mercado de capitais, para avaliar se um aumento da rentabilidade do fundo justifica o investimento em ações.

33,2% das residências não têm esgoto

Entre os serviços essenciais destinados à habitação, o esgotamento sanitário é o que alcança menos domicílios no Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Veja o percentual de residências particulares não atendidas por serviços básicos:



Lotéricas vão informar chances do apostador

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram ontem, em caráter terminativo, projeto do ex-senador Moreira Mendes alterando legislação que regulamenta a exploração de loterias no país. A mudança obriga que a Caixa Econômica Federal, responsável exclusiva pelo serviço de loterias e sorteios, informe ao apostador as probabilidades estatísticas de sucesso no jogo.

A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Almeida Lima (PDT-SE), que ofereceu qua-

tro emendas, também aprovadas, entre elas a supressão do termo "bingos", já que a exploração da atividade está proibida no país desde 31 de dezembro de 2001.

A obrigatoriedade de informar as chances reais de sucesso ao apostador não se restringe às aquisições de loterias, mas também nas participações em distribuições gratuitas de prêmios e em operações de sociedades de capitalização cujos títulos envolvem sorteios.

Na avaliação do senador, o projeto preencherá, "do ponto de vis-

ta formal, uma lacuna na legislação sobre a matéria e, do ponto de vista substantivo, obriga os exploradores dos respectivos serviços a fornecerem informação relevante para a decisão dos adquirentes, modernizando a relação entre as partes envolvidas".

O relator alegou que o cálculo das probabilidades não vai representar aumento de custos para as casas lotéricas, além de, em seu relatório, estar previsto que as loterias poderão utilizar os volantes já impressos, para evitar o desperdício de material.

Senado presta homenagem ao índio brasileiro

Importância das nações indígenas na formação do país foi destacada ontem em solenidade comemorativa que contou com a presença do presidente da Funai, Eduardo Aguiar de Almeida, lideranças e simpatizantes

Por requerimento do senador João Capiberibe (PSB-AP), o Senado homenageou ontem o Dia do Índio, transcorrido no dia 19 último. Estiveram presentes à comemoração o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Eduardo Aguiar de Almeida, e simpatizantes da causa indígena no Brasil.

Para Capiberibe, o Estado tem obrigação de reparar o genocídio perpetrado contra as nações indígenas nesses 503 anos de história. E o primeiro passo para a redenção do papel do índio na formação histórica e cultural do país precisa se dar na escola, ministrando conhecimentos exatos



Capiberibe propõe que escolas ensinem a real contribuição dos índios ao país

às crianças, para que elas possam aquilatar a real importância da contribuição do indígena, acrescentou.

O índio, de acordo com o se-

nador, tem o direito de gerir seu próprio espaço, de viver de acordo com seus costumes, com garantias de participação e direitos iguais perante a Constituição brasileira. "Trata-se de um longo caminho a trilhar", reconheceu.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) reivindicou do governo Luiz Inácio Lula da Silva a indicação de um índio para presidir a Funai. Segundo ele, existem muitos indígenas com curso superior e conhecimentos variados para exercer a função com muito mais domínio da problemática indígena do que qualquer branco, mesmo especialista na questão.

Sibá Machado pede "relação de embaixada"

O senador Sibá Machado (PT-AC) sugeriu ontem que o Estado brasileiro reconheça as diversas nações indígenas e estabeleça com elas uma "relação de embaixada". Sibá afirmou que o Brasil mantém relações diplomáticas com cerca



Sede da Funai se encontra "em estado deplorável", diz Sibá

de 175 nações estrangeiras, com aparato definido, estrutura institucional com quadro funcional treinado em diplomacia e sede própria na Praça dos Três Poderes. Com mais de 200 nações indígenas, no entanto, o Estado mantém pouca ou nenhuma relação

diplomática a partir de uma estrutura precária, com quadro funcional que fez a última reciclagem em 1975 e cuja sede, "em estado deplorável", divide espaço com o departamento de lixo do Distrito Federal, comparou o senador, referindo-se, respectivamente, ao Itamaraty e à Fundação Nacional do Índio.

Sibá propôs que o governo faça um mapeamento das terras indígenas, inclusive das tribos ainda não contatadas, e reconheça as diferentes nações. Ele também disse que o Congresso deve aprovar

rapidamente o Estatuto do Índio, parado na Câmara. E defendeu que os indígenas sejam ouvidos sobre a possibilidade de ter um representante para presidir a Funai.

Mozarildo Cavalcanti afirmou que tem ouvido muitos índios e que a opinião deles é unânime: "querem um índio dirigindo a Funai". Para ele, o orçamento da Funai precisa ser revisto. "Apresentei emendas de recursos para reservas indígenas em Roraima, e nunca foram aplicadas", informou.

Sibá Machado sugeriu ainda a aplicação de um modelo de desenvolvimento sustentável nas nações indígenas, levando em conta a biodiversidade e cultura dos índios.

Fátima Cleide faz denúncia de biopirataria

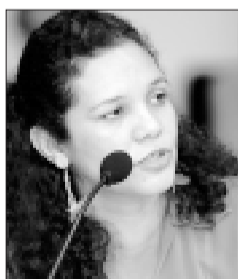
Fátima Cleide (PT-RO) pediu a senadores e deputados federais que apoiem a Conferência dos Povos Indígenas. Ela informou que o governo federal pretende realizar em breve a conferência, evento que, para a senadora, será "o acontecimento mais importante para os povos indígenas" nos últimos tempos.

A senadora apresentou diversas denúncias em seu pronunciamento, como a negativa a que os índios afetados pelo gasoduto Urucu-Porto Velho participassem da elaboração da obra, conforme acusação da Coordenação da União das Nações e Povos Indígenas

de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas (Cunpir).

A Cunpir foi também citada pela parlamentar por ter denunciado a coleta de amostras de sangue dos povos Karitiana e Suruí, de Rondônia, cujo genoma está sendo comercializado.

— Os povos indígenas do Brasil são vítimas constantes da biopirataria, que chega até as comunidades indígenas com aval da Funai ou da própria comunidade,



Fátima Cleide pede apoio à Conferência dos Povos Indígenas

travestida em ações de igrejas e de pesquisadores — alertou Fátima Cleide.

Fizeram apertes os senadores Mozarildo Cavalcanti, Sibá Machado, Romero Jucá (PSDB-RR), Papaléo Paes (PTB-AP), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Augusto Botelho (PDT-RR). O 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) — que presidia a sessão — congratulou-se com os senadores e o presidente da Funai, Eduardo Aguiar de Almeida.



Paulo Paim (E) recebeu Sérgio Coelho (C), representante da Coordenação das Entidades do Movimento Negro

Paim discute promoção da igualdade racial

"A construção da igualdade é de interesse de brancos e negros. A edificação de um país melhor passa por essa igualdade." A afirmação é do vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), que recebeu Sérgio Coelho, representante da Coordenação das Entidades do Movimento Negro (Conen). Eles conversaram sobre a evolução do Brasil na superação do preconceito e do racismo.

Também foi tema da conversa a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, órgão criado pelo presidente Lula para dar sequência às políticas de superação das desigualdades. Autor do pro-

jeto do Estatuto da Igualdade Racial, o senador definiu essa secretaria, que tem caráter de ministério, como avanço na construção de um país mais justo.

Para Paim, a secretaria é quase uma revolução na história brasileira, pois é a primeira vez que o país tem um ministério voltado para os interesses da comunidade negra e engajado na luta contra o preconceito e o racismo.

O senador informou que, no dia 13 de maio, o Senado realizará seminário para discutir mudanças para o país, como as reformas tributária e previdenciária, a inclusão social e a desigualdade racial.

Jorge Amado poderá dar nome a rodovia baiana

O trecho da rodovia BR-415 que interliga as cidades baianas de Itabuna e Ilhéus poderá receber o nome de Rodovia Jorge Amado, de acordo com decisão tomada ontem pela Comissão de Educação (CE), ao aprovar parecer da senadora Fátima Cleide (PT-RO) a projeto de lei da Câmara que segue agora para análise do Plenário do Senado.

Para Fátima Cleide, o projeto é justo porque homenageia um dos maiores escritores brasileiros. Além disso, observou, o trecho da rodovia que poderá receber o nome do escritor — falecido em 2001 — está situado na região em que Jorge Amado nasceu, passou a infância e serviu de cenário para os seus livros. O senador

Demostenes Torres (PFL-GO) também considerou just

a a homenagem ao escritor brasileiro.

EMISSORAS

Na mesma reunião, a CE, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), aprovou a renovação e entrada em funcionamento de 23 emissoras de rádio, entre elas: Folha do Boqueirão (PR); Guaíba (RS); Pioneira (PR); Fundação Universidade do Contestado (SC); Caracarái (RR); Contorno (BA); Sol Maior (PB); Sociedade de Amparo e Educação Infância de Cruz (CE); Progresso (CE); Elias Mansourfem (AC); Fundação Ômega (PE); Associação de Desenvolvimento Comunitário de Xique-Xique (BA) e Associação de Bom Jardim (PE).